



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
Complexo Penal de Potim - Seção de Finanças e Suprimentos**

MINUTA

Nº do Processo: 006.00209368/2026-10

Interessado: Complexo Penal de Potim - Núcleo de Infraestrutura e Logística,
Complexo Penal de Potim - Chefe de Departamento, Complexo Penal de Potim

Assunto: Aquisição de equip. de informática e para ampliação e modernização do sistema CFTV do CPX Potim.

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)
(380195)

OBJETO

Aquisição de Bens comuns de consumo (Equipamentos para sistema de CFTV, e hardware para reposição.)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 107.382,08

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
:: Dia 15/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

COMPLEXO PENAL DE POTIM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

Processo Administrativo nº 006.00209368/2026-10

Torna-se público que o Complexo Penal de Potim, por meio do Núcleo de Finanças e Suprimentos sediado, *Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, S/N, KM 09, Bairro dos Correias - Potim/SP – CEP-12.526.902*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Bens comuns de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo

ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) , até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) ;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa

de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, obrigatório no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.1.5. É de responsabilidade do licitante o preenchimento de todas informações que se referem os subitens acima de 5.1.1 ao 5.1.4, ficando ele sujeito a desclassificação pelo não preenchimento das informações solicitadas, pelo sistema.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais

que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,05 (cinco) centavos de Real.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”,*

segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido

nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto

no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e

econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. *deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou*

12.1.5.5. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): <https://www.gov.br/compras> ou alternativamente pelo e-mail fin@complexopenalpotim.sap.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet doe.sp.gov.br e/ou sei.sp.gov.br e ainda no portal compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro*

Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas

que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

14.15.1.1. **Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;**

14.15.1.2. **Anexo I.2 - Termo de Referência - Especificações Técnicas**

14.15.2. **ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**

14.15.3. **ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;**

14.15.4. **ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

14.15.5. **ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões).**

Potim, na data da assinatura digital.

Gustavo Henrique Costa
Autoridade Competente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPLEXO PENAL DE POTIM

Processo Administrativo nº **006.00209368/2026-10**

15. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de materiais para reparo em servidor de Firewall e para modernização e ampliação do sistema de CFTV, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões de quantidades, locais de entrega e itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL
1	Gravador de Imagem; Gravador Nvr; Com Minimo de 16 Interfaces de Rede Poe 100 Mbps; Gravacao Minima 12 Megapixels; Protocolo de Compactacao de Imagem H.265, H.264; Digital Com Interface de Rede Poe 100 Mbps; Com Saida de Video Vga e Hdmi Com Resolucao 3840x2160; Com Minimo de 01 Porta Usb; Capacidade de Armazenamento para 2 Disco Rigos Sata Ate 8tb Cada; Interface de Rede Ethernet 10mb/100mb/1000mb; Garantia Minima de 12 Meses;	4968590	UNIDADE	4
2	Camera de Circuito Fechado; Sensor de Imagem 1/2.8" Cmos (starlight); Sistema de Cor Colorida, Taxa de Bits H.264: 8kbps a 8192 Kbps, H.265: 8kbps a 8162 Kbps; Resolucao Minima de 2.0 Megapixels, Com 1080p (1920x1080), Taxa de Frames 1 a 30 Fps; Com Sensibilidade a Luz de No Minimo 0.006 Lux@f1.6; Funcao Blc Blc / Wdr (120 Db) / Hlc; Sistema de Zoom Digital 16x; Com Iris do Tipo Tipo Fixa; Sem Sistema de Microfone; Com Lente de Tipo Fixa, de Distancia Focal de 2.8mm, Abertura Maxima F1.6, Angulo de Visao H: 104° V: 54°; <6,9 W; Sistema de Alimentacao 12vdc, Ou Poe Fast Ethernet 48v; Com Dimensoes de 81 Mm × 109.9 Mm (a × Ø); Protecao Antivandalismo Ik10, Ir de 40 Metros, Tecnologia Ip, Conexao Rj-45; Com Garantia de No Minimo 12 Meses;	5845963	UNIDADE	60
3	Cabo Par Trancado; para Conexao de Rede; Com Blindagem; Categoria 5e; 24 Awg, Condutores Flexiveis de Cobre Nu, Isolados, Tipo Cm; 4 Pares; Capa Externa de Pvc Nao Propagante a Chamas Na Cor Vermelha; para Frequencia de 350 Mhz Em Embalagem Tipo Fast Box; Norma Padroes Eia/tia 568 A; Com Marcacao Sequencial Metrica;	3270343	ROLO 305M	5
4	Conectores; para Uso Especifico de Terminacao de Cabos de Rede Ou Confeccao de Cordoes Utp Em Campo (cat.5e); Modelo 8p8c (rj-45) Macho Com Guia Interna Das 8 Vias Noproprio Corpo do Conector (facilita a Conectoriz.); Fornecido Com Capa Moldada Antitorcao Antienrosamento (boot) Injetada Na Cor Azul; Conector e Boot Em Material Termoplastico; Retentor Mecanico Permanente para Fixacao do Cabo Utp; Norma de Inflamabilidade Ul 94 V-0; Norma Tecnica Tia/eia-568-b.2; Compativel C/ Alicates de Conectorizacao; Compativel Com Cabo de 4 Pares Metalicos Trancados Nao-blindados (rigido e Flexivel) Categoria 5e; Garantia On Site 5x8xnb 12 Meses (sobre Defeitos de Fabricacao);	2808358	UNIDADE	300

5	Disco Rigido; Padrao Sata Iii 6gb/s; de 6tb, Formato 3,5", Cache 256mb; 7200 Rpm, Mtbf 2.000.000hr; Tx Transf Sustentavelmin 215mb/s, Max Erro Por Bit 1 Por 10e15, 8760hs; Garantia de 12 Meses, Balcao; Com Carga Trabalho 550tb Ano, Tx Confiabilidade 24x7x365 0,44%, Latência Media 4,16, 512bytes P/setor;	5369916	UNIDADE	8
6	Abracadeira de Fixacao; de Poliamida, Serrilhada; para Utilizar Em Fixacao e Enfeixamento de Fios e Cabos; Na Cor Preta; Com Diametro de 4,8mm x 200mm;	5162793	PACOTE C/ 100 UNIDADES	40
7	Filtro de Linha; para Proteção Contra Surtos Elétricos; Com Potencia de 1270 Watts para 127 Volts e 2200 Watts para 220 Volts; 127/220 v (bivolt); Com 05 Tomadas; Padrao 2 P+t - 10 a Abnt Nbr 14136; Cabo Com 1,5 Metros Com Pugle 2p+t 10a, Conforme Abnt Nbr 16008; Com Tecnologia de Protecao Por Varistor de Oxido Metalico; Garantia de No Minimo 12 Meses,; Com Com Dispositivo Contra Surtos Classe Iii Conformea Bnt Nbr Iec 61643-1;	5274982	UNIDADE	10
8	Placa Mae; Com Suporte para Processador Compativel Com Processadores Intel Core de 14a, 13a e 12a Geracao Lga1700 Chipset Intel B760 Matx; Memoria Cache Optimem Ii, Bios 128mb; Suporte Turbo Boost 2.0 e Turbo Boost Max 3.0; 1 Pcie 5.0 X16, 1 Pcie 4.0 X4, 1 Slot Pcie 3.0 X1, 4 M.22, 2 M.23 Tipo 2242/2260/2280, 4 Sata; Velocidade Da Memoria 7200(oc)/7000(oc)/6800(oc)/6600(oc)/6400(oc)/6200(oc)/6000(oc)/ 5800(oc)/ 5600(oc)/; Tipos de Slots de Memoria Memoria Dimm Ddr5 7600+, Maximo de 192gb, Non-ecc,un-buffered; 4 Slots; Com 1 Usb 20 Gbps Tipo C, 1 Usb 10 Gbps Tipo A, 2 Usb5gbps Tipo A, 4 Usb 2.0 Tipo A, 5 Usb Frontais; Com Video Onboard Com 1 Saida Display Port 1.4, 1 Saida Hdmi 2.1; Com Som Onboard 7.1 Com Porta de Saida Optica e 5 Conectores de Audio; Com Placa de Rede Onboard Porta Ethernet 2.5gb Com Modulo Wifi 6e, Bluetooth; Com Drives de Instalacao Com Suporte a Windows 11 e 1064 Bits; Garantia Minima de 12 Meses, Balcao; Com Guia do Usuario; Com Com 2 Cabos Sata, 1 Antena Wifi, Borrachas M2 e Parafusos para M2;	6524346	UNIDADE	01
9	Microprocessador para Pc; Intel Core I5-14400, Fc LGA1700; de 1.8ghz - Frequencia Turbo Maxima de 4.7ghz, Tdp65w; Barramento 10 Nucleos, 2 Canais de Memoria Com Largura Maxima76.8gbs; Cache de Cache de 20mb, Cache L2 de 9.5mb, Tamanho Maximo Memoria 192gb; Com Cooler Original Incluso, Embalado Em Caixa Lacradapelo Fabricante; Garantia de 12 Meses Balcao;	6524320	UNIDADE	01

10	Disco Rígido; Padrao Ssd M.2 2280, Pcie 4.0 X4 Nvme, Nand 3d Tlc, Com Cache Dram, Mtbf 1.700.000 Horas; de 500 Gb, Dimensões Aproximadas de 22 x 80 x 2,21mm; Velocidade de Gravacao 7.000mb/s, Velocidade de Leitura 3.000mb/s; Garantia de 12 Meses, Balcao; Com Dissipador de Calor Integrado;	6552366	UNIDADE	02
11	Placa de Rede; 10/100/1000; Barramento Pci-express 1x; Suporta 1000base-t, 100base-tx e 10base-t; 10/100 Mbps; Padrao Dos Conectores Rj-45 Cat 5 Stp/utp; Protocolos Suportados Ieee 802.3, 802.3x, 802.3u, 802.1q; Auto Crossover Suporta (mdi/mdix); Sistema Operacional Compativel No Minimo C/ Windows, Novell, Boot Rom, Linux, Dose Mac; Normas Ieee 802.3; Garantia Minima de 06 Meses; Com Suporte a Funcao Wake-on-lan;	3567796	UNIDADE	04
12	Rack P/equipamento de Informatica; para Acomodação de Switches e Gravadores; Mini Rack de Parede 19" 5u 570mm C/ 2 Bandejas Fixas 400mm e 1 Organizador de Cabos; Altura Externa 288,5mm Abertura para Cabos 160x50mm; Com 2 Ventiladores Bivolt No Teto; Porta Frontal Com Fechadura e Chave; Laterais Removiveis Com Fecho Rapido e Entradas de Ventilacao; Regua de Tomadas Eletricas Com 01 Calha Com 6 Tomadas 10a (padrao Nbr 14136)na Cor Preta; Em Aço 1008 Estrutura 0,9mm Fechamento 0,75mm; Dimensoes Externas (l x a x p) 550 x 288,5 x 570mm Compativel Aomodelo Mrd557; Porta Frontal C/ Visor Acrilico Transparente 2,00mm, Montagem Direita/esquerda; Garantia 12 Meses, Entregue C/ 20 Kits Porca Gaiola + Parafuso;	6026796	UNIDADE	10

15.0.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência, com relação às especificações técnicas dos **ITENS 01, 02, 05** deste termo de referência prevalecem as informações, as características e as obrigações, contidas no **ANEXO I.2 Termo de Referência – Especificações Técnicas**, anexado, no Aviso de Contratação Direta.

15.0.1.1. As especificações técnicas estarão em documento a parte no **ANEXO I.2 - Termo de Referência – Especificações Técnicas**, devendo prevalecer para os **ITENS 01, 02, 05** acima, as informações, as características e as obrigações que compõem este documento, anexado, no Aviso de Contratação Direta.

15.0.1.2. A empresa melhor classificada será convocada a enviar a confirmação de que possui conta corrente do Banco do Brasil S.A., documentação para fins de habilitação, proposta com foto(s) detalhada do(s) item(ns) classificado(s) e/ou declaração assinada que reconhece que seu produto será(ao) entregue(s) de acordo com as características previstas no **ANEXO I.2 – Termo de Referência – Especificação Técnica**, referidos documentos, constam anexados no Aviso de Contratação Direta, a não apresentação dos itens propostos acarretará na desclassificação da

empresa.

15.0.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

15.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

15.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

15.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.4. O contrato a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

15.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

16. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

17.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

18.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Atender a portaria DAS-210 de 10/11/1998

4.1.2. Em caso de utilização de embalagens obtidas por novas tecnologias, como por exemplo embalagens de PET pós consumo reciclado, atender as normas da ANVISA.

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

18.2. Na presente contratação não será aplicada.

Da exigência de amostra(s)

18.2.1. Na presente contratação não será aplicada.

Garantia da contratação

18.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

18.3.1. Na presente contratação não será aplicada.

19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

19.1. *O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da emissão da nota de empenho e assinatura do contrato, em remessa única.*

19.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

19.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço; Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, s/n, KM 9.2, CEP 12.526.902 bairro dos Correias, Potim/SP Fone: [\(12\) 3112-3040](tel:(12)3112-3040).

Garantia, manutenção e assistência técnica

19.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor)

20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

20.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

20.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

20.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

20.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

20.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

20.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas

aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

20.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

20.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

20.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

20.9. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

20.9.1. *Não será aplicada na presente licitação*

Gestor do Contrato

20.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

20.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

20.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

20.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

20.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

20.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

21.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua

conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

21.4. *No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.*

21.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

21.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

21.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

21.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

21.9.1. *O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

21.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

21.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

21.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

21.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

21.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

21.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

21.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

21.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

21.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

21.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

21.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

21.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

22.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

22.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

22.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

22.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

22.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

22.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

22.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

22.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

22.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

22.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

22.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.20. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira

22.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;

22.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

22.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

22.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

22.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

22.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

22.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

22.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

22.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

22.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.1. *O valor estimado total da contratação é de **R\$ 107.382,08 (cento e sete mil trezentos e oitenta e dois reais e oito centavos)**.*

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

24.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I)Gestão/Unidade: 00001/380195;

II)Fonte de Recursos: 150010001;

III)Programa de Trabalho: 14421381561390000

IV)Elemento de Despesa:339030;

V)Plano Interno: 003.018.0757

24.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Potim, na data da assinatura digital.

Elaborado por:

Robert Ribeiro Luz
Policia Penal

Aprovado por:

Gustavo Henrique Costa
Autoridade Competente

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 12/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00209368/2026-10

2. Descrição da necessidade

O Complexo Penal de Potim demanda a ampliação e modernização de seu sistema de Circuito Fechado de Televisão — CFTV, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de vigilância, monitoramento, controle e segurança institucional em áreas internas e externas da unidade prisional.

A necessidade decorre da importância estratégica do sistema de videomonitoramento para a preservação da ordem, prevenção de incidentes, acompanhamento de rotinas operacionais, apoio às ações de segurança e produção de registros audiovisuais aptos a subsidiar apurações administrativas e disciplinares, quando necessário.

A contratação contempla a aquisição de equipamentos e materiais necessários à modernização e expansão da infraestrutura de CFTV, incluindo gravadores de imagem, câmeras, cabos de rede, conectores, discos rígidos, racks, abraçadeiras e filtros de linha, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

Além dos itens diretamente vinculados ao sistema de CFTV, a contratação também contempla a aquisição de placamãe, placa de rede, processador e disco rígido PCI Express M.2 NVMe, destinados ao reparo do servidor de firewall da unidade, equipamento que sofreu queima, possivelmente causada por descarga elétrica.

A inclusão desses componentes justifica-se pela necessidade de restabelecer a plena funcionalidade do servidor de firewall, equipamento essencial à proteção da rede lógica institucional, ao controle de tráfego de dados, à segurança da informação e à estabilidade dos sistemas utilizados pela unidade, inclusive aqueles relacionados ao videomonitoramento e às rotinas administrativas e operacionais.

A solução pretendida deve atender às exigências desta Administração, observando requisitos mínimos de qualidade, compatibilidade, durabilidade, segurança operacional e desempenho, de modo a garantir o funcionamento eficiente e contínuo do sistema de CFTV e da infraestrutura tecnológica vinculada à segurança da unidade.

Dentre os principais requisitos técnicos do objeto, destacam-se:

- I gravadores NVR com suporte mínimo a 16 interfaces PoE, gravação em alta resolução e armazenamento compatível com a demanda da unidade;
- I câmeras com resolução compatível com monitoramento institucional, visão noturna, alimentação PoE, proteção IP66 e integração por protocolo adequado;
- I infraestrutura de rede compatível com a transmissão estável de dados e alimentação dos equipamentos;
- I dispositivos de armazenamento com capacidade suficiente para retenção das imagens gravadas;
- I componentes de organização, proteção elétrica e acondicionamento físico dos equipamentos;
- I componentes de informática compatíveis com o servidor de firewall da unidade, incluindo placamãe, placa de rede, processador e disco rígido PCI Express M.2 NVMe, observadas as especificações técnicas necessárias ao reparo do equipamento.

A contratação mostra-se indispensável para a melhoria da cobertura de monitoramento, ampliação da capacidade de gravação, aumento da confiabilidade operacional do sistema, restabelecimento da funcionalidade do servidor de firewall e redução de vulnerabilidades físicas e lógicas de segurança na unidade.

Considerando a natureza do objeto, a padronização das especificações, a disponibilidade de competição no mercado e a caracterização como bens comuns, a contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade,

eficiência, economicidade, competitividade, planejamento e vantajosidade para a Administração Pública.

3. Área requisitante

Núcleo de Infraestrutura e Logística.	Ronaldo Pintaan Junior.
Tecnologia da Informação e Comunicação	Julio Cesar Parra de Almeida

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos destinados à ampliação e modernização do sistema de CFTV do Complexo Penal de Potim, bem como de componentes de informática destinados ao reparo do servidor de firewall da unidade, de modo a assegurar melhores condições de monitoramento das dependências da unidade prisional, reforçar as atividades de vigilância, segurança e apoio operacional, além de restabelecer a plena funcionalidade da infraestrutura lógica essencial à proteção da rede institucional.

Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, inclusive quanto às características mínimas de desempenho, compatibilidade, qualidade, garantia e condições de fornecimento, especialmente no que se refere à integração dos equipamentos de CFTV e à compatibilidade dos componentes de informática com o servidor de firewall existente.

Constituem requisitos da contratação:

- I fornecimento de bens novos, sem uso anterior;
- I conformidade com as especificações técnicas definidas no Termo de Referência;
- I compatibilidade entre os equipamentos e materiais que integram a solução de CFTV;
- I compatibilidade técnica dos componentes de informática destinados ao reparo do servidor de firewall, incluindo placa-mãe, placa de rede, processador e disco rígido PCI Express M.2 NVMe;
- I entrega em remessa única;
- I prazo de entrega de 15 dias, contados da emissão da nota de empenho e assinatura do contrato;
- I observância das condições de garantia previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável;
- I impossibilidade de subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto;
- I observância dos requisitos de sustentabilidade previstos no Termo de Referência;
- I atendimento às normas técnicas, regulatórias e de segurança pertinentes.

Nos termos do Termo de Referência, os bens são caracterizados como bens comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, não se enquadrando como bens de luxo, em conformidade com o art. 20 da Lei nº 14.133/2021

5. Levantamento de Mercado

Nos termos da legislação aplicável e com a finalidade de subsidiar a estimativa de preços e a análise da viabilidade mercadológica da contratação, foi realizado levantamento de mercado para o objeto pretendido.

A pesquisa mercadológica foi composta por:

- I consulta a empresas do ramo pertinente ao objeto da licitação;
- I levantamento de preços em sítios especializados de internet;
- I consulta a preços e referências disponíveis no site COMPRAS.GOV.

Tais fontes foram utilizadas com a finalidade de conferir maior robustez à análise de mercado, possibilitando comparação objetiva entre os valores identificados e maior segurança na formação da estimativa de preços da contratação.

A metodologia adotada mostra-se adequada, suficiente e compatível com a natureza do objeto, pois reúne referências obtidas junto a fornecedores do setor, valores praticados em ambientes eletrônicos especializados e dados de contratações públicas, o que permite demonstrar a compatibilidade da futura contratação com a realidade mercadológica.

Além disso, a diversidade das fontes consultadas reforça a confiabilidade da pesquisa de preços, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, vantajosidade e planejamento, bem como às exigências da Lei nº 14.133/2021.

Verifica-se, ainda, a existência de ampla oferta de equipamentos compatíveis com a solução pretendida no mercado, o que evidencia a viabilidade da disputa por meio de pregão eletrônico, com expectativa de competição entre fornecedores e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na aquisição de equipamentos e materiais necessários à ampliação e modernização do sistema de CFTV do Complexo Penal de Potim, compreendendo a complementação e atualização da infraestrutura de videomonitoramento da unidade, bem como na aquisição de componentes de informática destinados ao reparo do servidor de firewall, equipamento essencial à segurança da rede lógica institucional.

A contratação visa assegurar monitoramento mais eficiente das áreas estratégicas, ampliar a cobertura visual, aprimorar a capacidade de gravação e armazenamento das imagens, proporcionar maior confiabilidade operacional ao sistema de CFTV e restabelecer a plena funcionalidade do servidor de firewall, que sofreu queima possivelmente causada por descarga elétrica.

O ciclo de vida do objeto compreende:

planejamento da demanda a partir das necessidades operacionais e tecnológicas da unidade;
definição das especificações técnicas dos equipamentos, materiais e componentes de informática;
seleção de fornecedor por meio de pregão eletrônico;
fornecimento dos itens em conformidade com o Termo de Referência;
recebimento e conferência dos materiais;
instalação, substituição e utilização pela Administração, conforme planejamento interno;
acompanhamento da garantia e substituição de itens defeituosos, quando necessário;
destinação adequada de embalagens, resíduos e componentes eventualmente substituídos, quando aplicável.

A solução contempla os seguintes grupos de itens:

- gravadores de imagem NVR;
- câmeras de circuito fechado;

cabos de rede;
conectores RJ-45;
discos rígidos;
racks para acomodação de equipamentos;
abraçadeiras de fixação;
filtros de linha;
placa-mãe;
placa de rede;
processador;
disco rígido PCI Express M.2 NVMe.

Dessa forma, a contratação por pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, apresenta-se como solução célere, competitiva, eficiente e juridicamente adequada ao atendimento da necessidade administrativa, considerando a natureza comum dos bens, a objetividade das especificações técnicas, a disponibilidade de mercado fornecedor e a finalidade de fortalecer tanto a segurança física quanto a segurança lógica da unidade prisional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL
1	Gravador de Imagem; Gravador Nvr; Com Minimo de 16 Interfaces de Rede Poe 100 Mbps; Gravacao Minima 12 Megapixels; Protocolo de Compactacao de Imagem H.265, H.264; Digital Com Interface de Rede Poe 100 Mbps; Com Saida de Video Vga e Hdmi Com Resolucao 3840x2160; Com Minimo de 01 Porta Usb; Capacidade de Armazenamento para 2 Disco Rigidos Sata Ate 8tb Cada; Interface de Rede Ethernet 10mb/100mb/1000mb; Garantia Minima de 12 Meses;	4968590	UNIDADE	4

2	Camera de Circuito Fechado; Sensor de Imagem 1/2.8" Cmos (starlight); Sistema de Cor Colorida, Taxa de Bits H.264: 8kbps a 8192 Kbps, H.265: 8kbps a 8162 Kbps; Resolucao Minima de 2.0 Megapixels, Com 1080p (1920x1080), Taxa de Frames 1 a 30 Fps; Com Sensibilidade a Luz de No Minimo 0.006 Lux@f1.6; Funcao Blc Blc / Wdr (120 Db) / Hlc; Sistema de Zoom Digital 16x; Com Iris do Tipo Tipo Fixa; Sem Sistema de Microfone; Com Lente de Tipo Fixa, de Distancia Focal de 2.8mm, Abertura Maxima F1.6, Angulo de Visao H: 104° V: 54°; <6,9 W; Sistema de Alimentacao 12vdc, Ou Poe Fast Ethernet 48v; Com Dimensoes de 81 Mm x 109.9 Mm (a x Ø); Protecao Antivandalismo Ik10, Ir de 40 Metros, Tecnologia Ip, Conexao Rj-45; Com Garantia de No Minimo 12 Meses;	5845963	UNIDADE	60
3	Cabo Par Trancado; para Conexao de Rede; Com Blindagem; Categoria 5e; 24 Awg, Condutores Flexiveis de Cobre Nu, Isolados, Tipo Cm; 4 Pares; Capa Externa de Pvc Nao Propagante a Chamas Na Cor Vermelha; para Frequencia de 350 Mhz Em Embalagem Tipo Fast Box; Norma Padroes Eia/tia 568 A; Com Marcacao Sequencial Metrica;	3270343	ROLO 305M	5
4	Conectores; para Uso Especifico de Terminacao de Cabos de Rede Ou Confeccao de Cordoes Utp Em Campo (cat.5e); Modelo 8p8c (rj-45) Macho Com Guia Interna Das 8 Vias Noproprio Corpo do Conector (facilita a Conectoriz.); Fornecido Com Capa Moldada Antitorcao Antienroscamento (boot) Injetada Na Cor Azul; Conector e Boot Em Material Termoplastico; Retentor Mecanico Permanente para Fixacao do Cabo Utp; Norma de Inflamabilidade Ul 94 V-0; Norma Tecnica Tia/eia-568-b.2; Compativel C/ Alicates de Conectorizacao; Compativel Com Cabo de 4 Pares Metalicos Trancados Nao-blindados (rigido e Flexivel) Categoria 5e; Garantia On Site 5x8xnbnd 12 Meses (sobre Defeitos de Fabricacao);	2808358	UNIDADE	300
5	Disco Rigido; Padrao Sata Iii 6gb/s; de 6tb, Formato 3,5", Cache 256mb; 7200 Rpm, Mtbh 2.000.000hr; Tx Transf Sustentavelmin 215mb/s, Max Erro Por Bit 1 Por 10e15, 8760hs; Garantia de 12 Meses, Balcao; Com Carga Trabalho 550tb Ano, Tx Confiabilidade 24x7x365 0,44%, Latência Media 4,16, 512bytes P/setor;	5369916	UNIDADE	8
6	Abracadeira de Fixacao; de Poliamida, Serrilhada; para Utilizar Em Fixacao e Enfeixamento de Fios e Cabos; Na Cor Preta; Com Diametro de 4,8mm x 200mm;	5162793	PACOTE C/ 100 UNIDADES	40

7	Filtro de Linha; para Proteção Contra Surtos Elétricos; Com Potencia de 1270 Watts para 127 Volts e 2200 Watts para 220 Volts; 127/220 v (bivolt); Com 05 Tomadas; Padrao 2 P+t - 10 a Abnt Nbr 14136; Cabo Com 1,5 Metros Com Pugle 2p+t 10a, Conforme Abnt Nbr 16008; Com Tecnologia de Protecao Por Varistor de Oxido Metalico; Garantia de No Minimo 12 Meses;; Com Com Dispositivo Contra Surtos Classe Iii Conforme Abnt Nbr Iec 61643-1;	5274982	UNIDADE	10
8	Placa Mae; Com Suporte para Processador Compativel Com Processadores Intel Core de 14a, 13a e 12a Geracao Lga1700 Chipset Intel B760 Matx; Memoria Cache Optimum Ii, Bios 128mb; Suporte Turbo Boost 2.0 e Turbo Boost Max 3.0; 1 Pcie 5.0 X16, 1 Pcie 4.0 X4, 1 Slot Pcie 3.0 X1, 4 M.22, 2 M.23 Tipo 2242/2260/2280, 4 Sata; Velocidade Da Memoria 7200(oc)/7000(oc)/6800(oc)/6600(oc)/6400(oc)/6200(oc)/6000(oc)/ 5800(oc)/ 5600(oc)/; Tipos de Slots de Memoria Memoria Dimm Ddr5 7600+, Maximo de 192gb, Non-ecc,un-buffered; 4 Slots; Com 1 Usb 20 Gbps Tipo C, 1 Usb 10 Gbps Tipo A, 2 Usb5gbps Tipo A, 4 Usb 2.0 Tipo A, 5 Usb Frontais; Com Video Onboard Com 1 Saida Display Port 1.4, 1 Saida Hdmi 2.1; Com Som Onboard 7.1 Com Porta de Saida Optica e 5 Conectores de Audio; Com Placa de Rede Onboard Porta Ethernet 2.5gb Com Modulo Wifi 6e, Bluetooth; Com Drives de Instalacao Com Suporte a Windows 11 e 1064 Bits; Garantia Minima de 12 Meses, Balcao; Com Guia do Usuario; Com 2 Cabos Sata, 1 Antena Wifi, Borrachas M2 e Parafusos para M2;	6524346	UNIDADE	01
9	Microprocessador para Pc; Intel Core I5-14400, Fc LGA1700; de 1.8ghz - Frequencia Turbo Maxima de 4.7ghz, Tdp65w; Barramento 10 Nucleos, 2 Canais de Memoria Com Largura Maxima76.8gbs; Cache de Cache de 20mb, Cache L2 de 9.5mb, Tamanho Maximo Memoria 192gb; Com Cooler Original Incluso, Embalado Em Caixa Lacradapelo Fabricante; Garantia de 12 Meses Balcao;	6524320	UNIDADE	01
10	Disco Rigido; Padrao Ssd M.2 2280, Pcie 4.0 X4 Nvme, Nand 3d Tlc, Com Cache Dram, Mtbf 1.700.000 Horas; de 500 Gb, Dimensões Aproximadas de 22 x 80 x 2,21mm; Velocidade de Gravacao 7.000mb/s, Velocidade de Leitura 3.000mb/s; Garantia de 12 Meses, Balcao; Com Dissipador de Calor Integrado;	6552366	UNIDADE	02
11	Placa de Rede; 10/100/1000; Barramento Pci-express 1x; Suporta 1000base-t, 100base-tx e 10base-t; 10/100 Mbps; Padrao Dos Conectores Rj-45 Cat 5 Stp/utp; Protocolos Suportados Ieee 802.3, 802.3x, 802.3u, 802.1q; Auto Crossover Suporta (mdi/mdix); Sistema Operacional Compativel No Minimo C/ Windows, Novell, Boot Rom, Linux, Dose Mac; Normas Ieee 802.3; Garantia Minima de 06 Meses; Com Suporte a Funcao Wake-on-lan;	3567796	UNIDADE	04

12	Rack P/equipamento de Informatica; para Acomodação de Switches e Gravadores; Mini Rack de Parede 19" 5u 570mm C/ 2 Bandejas Fixas 400mm e 1 Organizador de Cabos; Altura Externa 288,5mm Abertura para Cabos 160x50mm; Com 2 Ventiladores Bivolt No Teto; Porta Frontal Com Fechadura e Chave; Laterais Removiveis Com Fecho Rapido e Entradas de Ventilacao; Regua de Tomadas Eletricas Com 01 Calha Com 6 Tomadas 10a (padrao Nbr 14136)na Cor Preta; Em Aço 1008 Estrutura 0,9mm Fechamento 0,75mm; Dimensoes Externas (l×a×p) 550 x 288,5 x 570mm Compativel Aomodelo Mrd557; Porta Frontal C/ Visor Acrilico Transparente 2,00mm, Montagem Direita/esquerda; Garantia 12 Meses, Entregue C/ 20 Kits Porca Gaiola + Parafuso;	6026796	UNIDADE	10
----	---	---------	---------	----

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 107.382,08

O valor estimado total da contratação é de R\$ 107.382,08 (cento e sete mil trezentos e oitenta e dois reais e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a necessidade de implementação coordenada da ampliação e modernização do sistema de CFTV, bem como da recomposição da infraestrutura tecnológica mediante o reparo do servidor de firewall da unidade, e ainda a conveniência administrativa de recebimento, conferência e disponibilização integrada dos itens, não será adotado o parcelamento da entrega da solução.

O fornecimento deverá ocorrer em remessa única para cada item, conforme previsto no Termo de Referência, o que favorece:

- I uniformidade no recebimento dos equipamentos, materiais e componentes;
- I melhor controle da compatibilidade entre os itens adquiridos;
- I maior eficiência administrativa na conferência e gestão do fornecimento;
- I redução de riscos de descontinuidade na implantação da solução de CFTV;
- I maior celeridade no restabelecimento da funcionalidade do servidor de firewall;
- I disponibilização integral e tempestiva da solução necessária à segurança física e lógica da unidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

não há contratações correlatas e interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Termo de Referência, evidenciando alinhamento com o planejamento institucional da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação possibilitará:

- I ampliação da cobertura de videomonitoramento do Complexo Penal de Potim;
- I modernização da infraestrutura tecnológica de segurança;
- I aumento da capacidade de gravação e armazenamento das imagens;
- I maior confiabilidade, disponibilidade e continuidade operacional do sistema de CFTV;
- I recomposição da funcionalidade do servidor de firewall da unidade;
- I reforço da segurança lógica da rede institucional;
- I proteção dos fluxos de dados e dos sistemas internos contra vulnerabilidades decorrentes da indisponibilidade do firewall;
- I reforço das atividades de vigilância, controle e prevenção de incidentes;
- I apoio à tomada de decisão e à apuração de ocorrências;
- I redução de vulnerabilidades operacionais, físicas e lógicas;
- I melhoria da eficiência administrativa e da continuidade do serviço público.

Como consequência, haverá fortalecimento das atividades de segurança institucional, incremento da capacidade de resposta operacional, aprimoramento dos mecanismos de controle interno da unidade e elevação do nível de proteção da infraestrutura física e tecnológica do Complexo Penal de Potim.

13. Providências a serem Adotadas

Para a execução adequada da contratação, deverão ser observadas as seguintes providências:

Fornecimento integral

Todos os itens listados no Termo de Referência deverão ser fornecidos de forma completa, conforme especificações técnicas e quantitativos indicados.

Entrega

A entrega dos materiais será em remessa única.

Qualidade e especificações técnicas

Os itens deverão apresentar qualidade compatível com as exigências técnicas, incluindo capacidade, desempenho, dimensões, resistência, compatibilidade e demais características descritas no Termo de Referência.

Os materiais devem atender às normas técnicas aplicáveis, inclusive ABNT, INMETRO ou outras regulamentações pertinentes, quando cabíveis.

Garantia de conformidade

O fornecedor deverá garantir que todos os itens entregues estejam em conformidade com as normas e especificações técnicas exigidas, responsabilizando-se por qualquer não conformidade verificada no recebimento ou durante o prazo de garantia.

Local de entrega

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, s/n, KM 09, Bairro dos Correias, Potim/SP – CEP 12.526-902.

Horário de recebimento

O recebimento ordinário ocorrerá de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 16h, salvo ajuste prévio para situações excepcionais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não Há.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, administrativo, operacional e mercadológico, tendo em vista a necessidade concreta de aquisição de materiais destinados à ampliação e modernização do sistema de CFTV do Complexo Penal de Potim, bem como de componentes de informática necessários ao reparo do servidor de firewall da unidade.

Sob o aspecto administrativo e operacional, a aquisição é necessária para reforçar a segurança institucional da unidade, ampliar a cobertura de monitoramento, aumentar a capacidade de registro e armazenamento de imagens, reduzir vulnerabilidades decorrentes de infraestrutura insuficiente ou defasada e restabelecer a plena funcionalidade do servidor de firewall, indispensável à proteção da rede lógica institucional. O sistema de CFTV constitui ferramenta essencial de apoio às atividades de vigilância, controle, prevenção de ocorrências e apuração de fatos no ambiente prisional, enquanto o firewall representa mecanismo crítico de segurança da informação e controle do tráfego de dados.

Sob o aspecto técnico, a viabilidade está demonstrada pela definição objetiva dos itens, quantitativos e especificações mínimas no Termo de Referência, abrangendo gravadores NVR, câmeras, cabos, conectores, discos rígidos, racks, abraçadeiras, filtros de linha, placa-mãe, placa de rede, processador e disco rígido PCI Express M.2 NVMe. Os materiais e componentes são compatíveis com as finalidades pretendidas e possuem características técnicas suficientes para atendimento da demanda institucional, tanto no âmbito da segurança física quanto da segurança lógica da unidade.

Sob o aspecto mercadológico, a contratação é viável em razão da existência de oferta regular dos itens no mercado, com fornecedores especializados no ramo do objeto. A pesquisa de mercado realizada, mediante consulta a empresas do setor, sítios especializados de internet e referências no COMPRAS.GOV, demonstrou a disponibilidade dos materiais e componentes, além de fornecer parâmetros adequados para estimativa de preços.

Além disso, os bens pretendidos possuem natureza de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, o que permite a realização de pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, favorecendo a competitividade, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável, pois atende a necessidade pública concreta, possui objeto tecnicamente definido, encontra respaldo no mercado fornecedor, está alinhada ao planejamento da Administração e representa medida adequada, eficiente e vantajosa para o fortalecimento da segurança física, da segurança lógica e da continuidade das atividades institucionais do Complexo Penal de Potim.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JULIO CESAR PARRA DE ALMEIDA

Núcleo de Tecnologia e comunicação

Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 12:37:55.

RONOALDO PINTAN JUNIOR

Núcleo de Infraestrutura

Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 12:38:31.

GUSTAVO HENRIQUE COSTA

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 13:03:17.

ANEXO I.2

Termo de Referência – Especificações Técnicas

OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos destinados ao sistema de monitoramento e vigilância eletrônica por vídeo IP do Complexo Penal de Potim, compreendendo, para os fins deste Anexo, especificações técnicas detalhadas dos itens de maior relevância técnica, consistentes em:

- item 01 – gravador digital de vídeo em rede – NVR/IP;
- item 02 – câmera IP de 2 MP; e
- item 05 – disco rígido para CFTV de 6 TB.

Esclarece-se que a licitação contemplará também outros itens, não detalhados neste Anexo específico. O presente **ANEXO I.2** – Termo de Referência – Especificações Técnicas foi elaborado exclusivamente para conferir maior detalhamento técnico aos itens 01, 02 e 05, em razão de sua maior complexidade e da necessidade de a Administração buscar equipamentos de melhor qualidade, desempenho, confiabilidade e durabilidade, sem prejuízo das demais exigências constantes do Termo de Referência principal, do edital e de seus demais anexos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Descrição e quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. COMPRAS	CÓD. BEC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
01	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE – NVR/IP, 16 CANAIS IP, 16 PORTAS POE, ATÉ 16 MP, 2 HDS SATA, THROUGHPUT ATÉ 256 MBPS	461530	4968590	UNIDADE	4
02	CÂMERA IP DE 2 MP, LENTE FIXA 2,8 MM, IR 30 M, MICROSD ATÉ 256 GB, ANALÍTICO DE VÍDEO, IP67	623907	5845963	UNIDADE	60
05	DISCO RÍGIDO PARA CFTV, 6 TB, SATA 6 GB/S, 3,5", OPERAÇÃO 24/7	465003	5369916	UNIDADE	8

ITEM 01 – GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE – NVR/IP

DESCRIPTIVO

Gravador digital de vídeo em rede – NVR/IP, com tecnologia de reconhecimento facial, linha virtual, cerca virtual, detecção inteligente de pessoas e veículos, compatível com dispositivos IP de monitoramento, com 16 portas PoE, suporte a até 16 canais IP, compressão avançada de vídeo, resolução de até 16 MP, suporte a 2 HDs SATA, saídas HDMI e VGA, e operação por interface local e rede.

OBJETIVO

O presente memorial descritivo fixa as características técnicas mínimas exigíveis à aquisição de gravador digital de vídeo em rede – NVR/IP, observando o padrão técnico de referência adotado pela Administração.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

SISTEMA

Processador principal
Quad-core integrado de alta performance
Sistema operacional
Linux embarcado

ENTRADAS DE VÍDEO

Quantidade de canais
Até 16 canais IP
Protocolos suportados
ONVIF Perfis S, T e G
Resolução
Até 16 MP
Compressão de vídeo
H.265+ / H.265 / H.264+ / H.264 / H.264H / H.264B / MJPEG

ÁUDIO

Suporte a câmeras com áudio

Compatível com todos os canais IP com câmeras que possuam microfones embutidos ou entradas de áudio

Entrada de áudio

1 entrada RCA (15K Ω)

Saída de áudio

1 saída RCA (15K Ω)

Compressão de áudio suportada

G.711a / G.711Mu / PCM / AAC / G.726 / G.723

SAÍDA DE VÍDEO

Saída de vídeo

1 HDMI e 1 VGA

Resoluções de saída HDMI

3840 × 2160 / 1920 × 1080 / 1280 × 1024

Resolução de saída VGA

1920 × 1080 / 1280 × 1024

Mosaico da tela

Tela principal e secundária compatível com 1 / 4 / 8 / 9 / 16

Máscara de privacidade

4 zonas configuráveis por canal

Informações em tela

Nome do canal, hora, perda de vídeo, bloqueio de câmera, detecção de movimento e gravação

Resoluções suportadas na visualização

16 MP / 12 MP / 8 MP / 5 MP / 4 MP / 2 MP (Full HD) / 1.3 MP / 1 MP (HD) / 960H / D1 / CIF

GRAVAÇÃO

Bit rate

165 Mbps, observada a soma do bit rate configurado nas câmeras

Modo de gravação

Manual, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera, perda de vídeo e inteligência

Configuração de duração / pré-gravação / pós-gravação

1~60 min

Pré-gravação: 1~30 s

Pós-alarme: 1~300 s

Resoluções suportadas na gravação

16 MP / 12 MP / 8 MP / 5 MP / 4 MP / 2 MP / 1.3 MP / 1 MP / 960H / D1 / CIF, todos em até 30 FPS

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL / RECURSOS ANALÍTICOS

Reconhecimento facial

Pelo gravador: até 1 canal

Pela câmera: até 8 canais

Detecção pela câmera + reconhecimento pelo gravador: até 4 canais

Processamento: 12 faces/segundo

Banco de dados: 10 bancos com até 20 mil faces

Linha e cerca virtual

Pelo gravador: até 4 canais, com 10 regras por canal

Pela câmera: até 16 canais, com 10 regras por canal

Detecção de face

Pelo gravador: até 1 canal

Pela câmera: até 8 canais

Processamento: 12 faces/segundo
Detecção inteligente de pessoas e veículos
Pelo gravador: até 4 canais
Pela câmera: até 16 canais
Busca inteligente
Busca por classificação: Pessoa ou Veículo
Outras inteligências pela câmera
Até 10 canais, conforme a funcionalidade:
análise comportamental;
aglomeração;
contagem de pessoas;
mapa de calor;
leitura de placas – LPR.

DETECÇÃO DE VÍDEO / EVENTOS

Eventos
Gravação, PTZ, Tour, Alarme Upload, E-mail, Foto, Buzzer, Pop-up em tela e alarme sonoro
Detecção de vídeo
Detecção de movimento – zonas 330 (22 × 18), perda de vídeo, mascaramento e mudança de cena

REPRODUÇÃO E BACKUP

Reprodução simultânea
Até 16 canais
Resoluções suportadas na reprodução
16 MP / 12 MP / 8 MP / 5 MP / 4 MP / 2 MP / 1.3 MP / 1 MP / 960H / D1 / CIF
Modo de busca
Data e hora com precisão de segundos e detecções de eventos
Busca inteligente
Detecção de pessoas e veículos
Funções de reprodução
Reproduzir, pausar, parar, retrocesso, reprodução rápida, reprodução lenta, próximo arquivo, arquivo anterior, próxima câmera, câmera anterior, tela cheia, seleção de backup e zoom digital
Modo de backup
Dispositivo USB, download por rede e disco rígido
Busca automática de gravações em cartão SD após queda de conexão
Sim

REDE

Porta Ethernet
1 conexão RJ45 (10/100/1000 Mbps)
Função da porta Ethernet
Simples
Portas PoE
16 portas, 10/100 Mbps, 802.3 af/at
Potência PoE
Potência máxima total de 130 W, potência máxima por porta de 25,5 W
Protocolos de rede
HTTP / HTTPS / IPv4 / IPv6 / TCP/IP / UPnP / RTSP / RTMP / SMTP / SNMP / NTP / DHCP / DNS / DDNS / FTP / SFTP / 802.1x / Filtro IP / DDNS / Cloud / ONVIF / PPPoE / Multicast
Throughput de rede sem IA habilitada
Entrada: 256 Mbps
Saída: 256 Mbps
Total: 512 Mbps

Throughput de rede com IA habilitada

Entrada: 165 Mbps

Saída: 165 Mbps

Total: 330 Mbps

Conexões simultâneas

128 conexões

Cliente DDNS

DDNS, NO-IP, DynDNS ou equivalentes

Aplicativo para smartphones

Compatível com iOS e Android, por aplicação do fabricante ou equivalente

ARMAZENAMENTO

Disco rígido interno (HD)

2 portas padrão SATA

Opções de armazenamento

Gravações por eventos, regular e inteligências artificiais

Gerenciamento de espaço em disco

Sobrescrita de arquivos antigos, alarmes de falha e HD cheio

CONEXÕES AUXILIARES

Porta USB

2 portas USB 2.0

RS485

Não obrigatório

RS232

Sim

Entrada de áudio bidirecional

1 canal RCA

Saída de áudio bidirecional

1 canal RCA

Entradas de alarme

4

Saída de alarme

2

PROTEÇÃO CONTRA SURTOS

Saída de vídeo VGA

Até 8 kV injetado

Saída de vídeo HDMI

Até 8 kV injetado

Interface de rede Ethernet

Até 8 kV injetado

Fonte de alimentação

Até 25 kV injetado

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Dimensões

375 × 330 × 53 mm

Alimentação do dispositivo

Fonte interna – 100-240 Vac / 50-60 Hz

Consumo

< 10 W sem disco rígido

Condições de ambiente

0 °C ~ +55 °C / 0% ~ 90% RH

Acondicionamento
Instalação em mesa ou rack, via bandeja
Peso
2,60 kg sem HD
Ventilação interna
Ativa ou agenda
Certificados
CE e FCC

ITEM 02 – CÂMERA IP DE 2 MP

DESCRIPTIVO

Câmera IP de monitoramento e vigilância por vídeo, para sistemas de CFTV IP, com resolução de 2 MP, lente fixa, iluminador infravermelho inteligente com alcance de até 40 metros, armazenamento em cartão microSD, inteligência artificial embarcada, índice de proteção IP67, instalação e gerenciamento por interface web, alimentação em 12 Vdc e/ou PoE, conforme padrão técnico de referência adotado pela Administração.

OBJETIVO

O presente memorial descritivo fixa as características técnicas mínimas exigíveis à aquisição de câmera IP de monitoramento, observando o padrão técnico de referência adotado pela Administração.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

CÂMERA

Sensor de imagem
1/2.8" 2 megapixels CMOS
Obturador eletrônico
Automático / Manual (1/3s ~ 1/100000s)
Sensibilidade
0.006 Lux @F1.6

LENTE

Tipo de lente
Fixa
Distância focal
Serão aceitos modelos com lente fixa de:
3,6 mm, ou
2,8 mm
Abertura máxima
F1.6
Ângulo de visão
Para lente 3,6 mm:
Horizontal: 84°
Vertical: 43°
Para lente 2,8 mm:
Horizontal: 104°
Vertical: 54°

ILUMINADOR INFRAVERMELHO

Distância máxima do infravermelho
40 metros, com infravermelho inteligente
Zoom digital

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EMBARCADA

Busca inteligente de detecção de movimento

Classificação de humanos e veículos

Inteligência perimetral

Linha virtual e cerca virtual, com classificação de humanos e veículos

ANÁLISE DE VÍDEO

Detecção de movimento

Até 4 áreas

Região de interesse

Até 4 áreas

Máscara de vídeo

Até 4 áreas

Mudança de cena

VÍDEO

Compressão de vídeo

H.265 / H.264 / H.264H / H.264B / MJPEG

Compressão de vídeo inteligente

Sim (H.265+)

Quantidade de streams

3 streams

Resoluções

2 MP (1920 × 1080)

1.3 M (1280 × 960)

1 M (1280 × 720)

D1 (704 × 480)

VGA (640 × 480)

CIF (352 × 240)

Taxa de frames

1 a 25 FPS

Controle de taxa de bits

CBR / VBR

Taxa de bits

H.264: 8 kbps a 8192 kbps

H.265: 8 kbps a 8162 kbps

MJPEG: 40 kbps a 6144 kbps

Modos de vídeo

Automático / Colorido / Preto e Branco

Perfil Dia e Noite

Agendamento, Dia e Noite

Compensação de luz de fundo

BLC / WDR (120 dB) / HLC

Balanco do branco

Automático / Manual / Luz Natural / Iluminação Pública / Ambiente externo / Personalizado

Rotação de imagem

0° / 90° / 180° / 270°

ÁUDIO

Interface de áudio

Microfone interno, conforme o modelo ofertado

Alcance médio

10 m

Compressão de áudio
G.711a / G.711Mu / G726 / AAC

REDE

Interface

1 RJ-45 (10/100Base-T)

Protocolos

Compatível com:

HTTP, HTTPS, TCP, ARP, RTMP, RTSP, RTP, RTCP, UDP, SMTP, FTP, DHCP, DNS, DDNS, PPPoE, IPv4/V6, QoS, UPnP, NTP, Bonjour, Multicast, ICMP, IGMP, TLS, SSL, SSH, SIP, Cloud e ONVIF

Serviço DDNS

DDNS, DDNS No-IP® e DynDNS®

Máximo acesso de usuários

20 usuários

ARMAZENAMENTO

Armazenamento

Cartão microSD de até 128 GB e FTP

NAVEGADORES / APLICAÇÕES E MONITORAMENTO

Navegadores compatíveis

IE / Chrome / Firefox

Aplicações e monitoramento

Interface web e aplicações do fabricante ou equivalentes compatíveis com a solução ofertada

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Alimentação

12 Vdc, ou PoE

Consumo

Até 5,2 W ou até 6,9 W, conforme o modelo ofertado

Temperatura de operação

-30 °C ~ +60 °C / umidade < 95%

Nível de proteção

IP67

Proteção antivandalismo

Será aceito modelo:

com proteção IK10, conforme o modelo ofertado

Material do case

Metal

Certificados

FCC e CE

ITEM 05 – DISCO RÍGIDO PARA CFTV – 6 TB

DESCRIPTIVO

Disco rígido interno, padrão 3,5 polegadas, desenvolvido para uso exclusivo em sistemas de segurança eletrônica/CFTV, com operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana, interface SATA de 6 Gb/s, capacidade de 6 TB, compatível com gravadores e equipamentos de videomonitoramento, com foco em estabilidade de gravação, dissipação térmica otimizada, baixo consumo de energia e elevada confiabilidade para armazenamento de imagens.

OBJETIVO

O presente memorial descritivo fixa as características técnicas mínimas exigíveis à aquisição de disco rígido para CFTV de 6 TB, destinado à composição da solução de monitoramento e gravação de imagens da unidade.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Tipo de aplicação

Disco rígido especial para segurança eletrônica / CFTV

Capacidade formatada

6 TB

Aplicação operacional

Uso contínuo em regime 24/7

Compatibilidade

Compatível com as principais marcas de CFTV

Tecnologia de formatação avançada

Tamanho físico

3,5 polegadas

Compatibilidade ambiental

Compatível com RoHS

INTERFACE E DESEMPENHO

Interface

SATA de 6 Gb/s

Taxa sustentada host/drive

180 MB/s

Classe de desempenho

5400 RPM

Memória cache

256 MB

CONFIABILIDADE

MTBF

1.000.000 horas

Taxa de carga de trabalho anual

180 TB/ano

Ciclos de carga/descarga

300.000

Taxa de erros não recuperáveis

< 1 em 10^{14}

Garantia limitada

3 anos

GERENCIAMENTO DE ENERGIA

Consumo operacional

4,7 W

Consumo ocioso

4,3 W

Modo standby e sleep

0,3 W

ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS

Choque operacional (2 ms, leitura/gravação)

30 G

Choque operacional (2 ms, leitura)

65 G
Choque não operacional (2 ms, leitura/gravação)
250 G
Temperatura em operação
0 °C a 65 °C
Temperatura fora de operação
-40 °C a 70 °C
Acústica em modo ocioso
23 dBA
Acústica em modo de busca
27 dBA

DIMENSÕES FÍSICAS

Altura
26,1 mm
Comprimento
147,0 mm
Largura
101,6 mm
Peso
0,75 kg

DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NO CERTAME

O licitante deverá apresentar, quando convocado, documentação técnica oficial suficiente para comprovar o atendimento integral das especificações técnicas dos itens ofertados, especialmente:

Item 01 – Gravador NVR/IP

quantidade de canais;
portas PoE;
resolução suportada;
compressões;
saídas de vídeo;
throughput;
armazenamento SATA;
recursos analíticos/IA;
reprodução e backup;
rede;
conexões auxiliares;
proteção contra surtos;
alimentação;
certificações.

Item 02 – Câmera IP

sensor de imagem;
lente e ângulo de visão;
alcance do infravermelho;
inteligência artificial embarcada;
análise de vídeo;
compressões e resoluções;
streams;

áudio;
interface e protocolos de rede;
armazenamento em microSD;
alimentação;
grau de proteção IP;
proteção antivandalismo,
certificações.

Item 05 – Disco rígido para CFTV 6 TB

capacidade de armazenamento;
aplicação específica em CFTV;
operação 24/7;
interface SATA 6 Gb/s;
tamanho físico 3,5";
desempenho;
rotação;
memória cache;
confiabilidade;
consumo de energia;
condições ambientais;
dimensões;
garantia.

Juntamente com os documentos técnicos, deverão ser apresentados:

catálogo técnico oficial;

ficha técnica oficial;

manual do fabricante;

identificação expressa de marca e modelo.

CONDIÇÕES GERAIS

A contratação decorrente desta licitação será formalizada por intermédio de contrato administrativo, observadas as condições previstas no edital, no Termo de Referência principal e neste Anexo, sendo a execução iniciada após a assinatura do contrato e a disponibilização da Nota de Empenho, conforme o caso.

Se houver divergência entre descrição resumida em sistema e as especificações deste Anexo, prevalecerá o disposto neste **ANEXO I.2** – Termo de Referência – Especificações Técnicas para os itens 01, 02 e 05.

A empresa melhor classificada deverá comprovar, por documentação técnica idônea, que o produto ofertado atende integralmente às características previstas neste Anexo.

EMBALAGEM

Embalagem individual: original do fabricante, lacrada e identificada.

Embalagem coletiva: adequada ao transporte e preservação da integridade física e funcional dos equipamentos.

FASE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

O fornecedor melhor classificado deverá apresentar:

proposta atualizada;
catálogo/ficha técnica/manual;
identificação da marca e modelo;

declaração de conformidade com este Anexo, quando exigida.

A ausência de comprovação do atendimento técnico implicará desclassificação, nos termos do edital.

PRAZO PARA ENTREGA

A entrega do objeto será realizada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato e da disponibilização da Nota de Empenho.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, para posterior verificação de conformidade com o Termo de Referência, este Anexo e a proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e da conformidade com as especificações técnicas exigidas.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, aplica-se o art. 143 da Lei nº 14.133/2021 – Planalto – acesso em 12/05/2026.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e contratual da contratada pela adequação do objeto fornecido.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, observando-se a Lei nº 14.133/2021 – Planalto – acesso em 12/05/2026.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da nota fiscal.

Potim, na data da assinatura digital.

Elaborado por:

Robert Ribeiro Luz
Policial Penal

Aprovo o Termo de Referência

Gustavo Henrique Costa
Autoridade Competente

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

COMPLEXO PENAL DE POTIM

Processo Administrativo nº 006.00209368/2026-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) COMPLEXO PENAL DE POTIM E. E

O Estado de São Paulo, por intermédio do (a) COMPLEXOPENAL DE POTIM, com sede no (a) Estrada Prefeito Élio de Andrade Nogueira, na cidade de Potim /Estado de São Paulo, CEP 12526-902, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 96.291.141/0097-21, neste ato representado (a) pelo (a) Diretor Técnico III senhor Gustavo Henrique Costa, nomeado (a) pelo (a) Portaria/Resolução nº 49.642/2005 de 04/04/2019, publicado (a) no DOE de 05 de abril de 2019, portador(a) da identificação funcional RS nº 13996836, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90002/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *[com entrega imediata]*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão deste contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxx.xxx,xx (xxxxx e xxxxx mil xxxxxx e oitenta e xxxxxx reais e xxxxx centavos).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data

do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de XX (XXX) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XX (XXX) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as

referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. *Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;*

9.1.19. *Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.1.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.1.21. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

9.1.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

[segunda alternativa de redação para esta cláusula contendo diversas subdivisões, com 2 opções de redação para a primeira subdivisão]

10.2. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

OU

[segunda opção de redação para a primeira subdivisão da segunda alternativa de redação, em caso de o Contratado ficar depositário de bem(ns)]

10.3. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

10.3.1. BEM 1:....., de Valor:

10.3.2. BEM 2:....., de Valor:

10.3.3. ...

10.3.4. Valor total dos bens acima indicados:

10.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

10.5. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

10.5.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

10.5.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.5.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

10.7.2. Multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

10.7.3. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

10.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

10.8.1. Caso fortuito ou força maior;

10.8.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

10.8.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer

obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

10.12. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

10.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

10.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.17. [Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.] **OU** [A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas

“b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. Multa:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

OU

[segunda alternativa de redação para subdivisões do inciso "iv"]

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de XX (XXX) dias;
2. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
 - i. O atraso superior a XX (XXX) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 11.1, de% a ...% do valor do Contrato;
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 11.1, de% a ...% do valor do Contrato;
5. Para infração descrita na alínea “b” do item 11.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato;
6. Para infrações descritas na alínea “d” do item 11.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato;
7. Para a infração descrita na alínea “a” do item 11.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

ANEXO III**CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL****RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 -RETIFICADA**

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS****Artigo 1º**

- A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º

- O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único

-

Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º

- Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 1/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

I

-

advertência;

II

- multa;

III

- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV

- declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º

- A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º

- A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º

- As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º

- Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I

- a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II

- as peculiaridades do caso concreto;

III

- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV

- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º

- São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1

.

- a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCE/SP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2

.

- a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3

.

- a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4

.

- a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 2/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

5

a reincidência na infração;

6

a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º

- São circunstâncias atenuantes da sanção:

1

a falha escusável do licitante ou contratado;

2

a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3

a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4

a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º

- A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifi que a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º

- A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º

- A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I

- No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II

- No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 3/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

III

- No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º

- A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I

- No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II

- No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º

- A recusa injustifi cada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10

- O atraso injustifi cado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I

-

no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a)

0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b)

1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c)

Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II

- no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III

- no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único

– Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 4/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Artigo 11

- A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12

- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13

- Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único

- Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14

- É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para hipótese de multa com valor irrisório:

I

- em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15

- A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16

- Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º

- O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com adequada justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º

- A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 5/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Artigo 17

- A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I

- por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II

- por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III

- por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV

- por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único

– Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18

- A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º

- O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista

decircunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6(seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º

- Para os fi ns do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo oucometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atosdirecionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimentode fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19

- A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou dequem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridadecompetente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único

- Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notifi cados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos
Este documento pode ser verifi cado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784
em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 6/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).
termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20

- Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, seráfacultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único

– Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21

- A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução,requerirá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão compostade 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará olicitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentardefesa escrita e especi fi car as provas que pretenda produzir.

§ 1º

- Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provasjulgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegaçõesfi nais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º

- Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas,impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º

- Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações fi nais, a comissãoelaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º

- Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fi ns de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22

- Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ouimpedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23

- O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendoque, se

não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24

- A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 7/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Artigo 25

- Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas o pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26

- A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27

- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único

- Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28

- A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º

- Resultando infrutífera a intimação a que refere o "caput" deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º

- Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29

- Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo aquitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30

- A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I

- interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II

- suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III

- suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784
em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 8/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Artigo 31

- Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no CadastroUnificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32

- Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LCA.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33

- A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34

- Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35

- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI - 006.00056884/2024-73).

Este documento pode ser verificado pelo código 2024.04.25.1.1.12.1.220.267784
em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade> 9/9 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

São Paulo, na data da assinatura digital.

Gustavo Henrique Costa
Autoridade Competente



Documento assinado eletronicamente por **Robert Ribeiro Luz, Policial Penal IV**, em 27/05/2026, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0108651263** e o código CRC **F6D232DE**.
